



e-ISSN: 2447-8180

DOI: 10.19180/2447-8180.v4n12020p66-80

Submetido em: 13 jan. 2020

Aceito em: 20 abr. 2020

## **Cooperativismo popular como alternativa para comunidade atingida por barragem: territorialidade e extensão popular**

*Popular cooperativism as an alternative to the community affected by the dam: territoriality and popular extension*

---

**Julio Cesar Pereira Monerat**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, *Campus* Muriaé, Muriaé, MG – Brasil. E-mail: julio.monerat@gmail.com

---

### **Resumo**

Reflexão sobre territorialidade e extensão popular a partir do estudo do conflito territorial decorrente da construção da UHE Barra do Braúna, nos municípios de Laranjal e Leopoldina, Minas Gerais. De um lado do conflito encontra-se a empresa Barra da Braúna Energética S.A., ligada ao grupo canadense Brookfield Energia Renovável, e de outro os pescadores atingidos pela barragem, participantes de um projeto de extensão popular desenvolvido pelo *Campus* Muriaé do IF Sudeste MG voltado à constituição de uma cooperativa de piscicultura em tanque-rede.

Palavras-chave: Territorialidade. Pescadores. Barragem. Extensão Popular.

## Abstract

Reflection on territoriality and popular extension from the study of the territorial conflict resulting from the construction of the Barra do Braúna HPP, in the municipalities of Laranjal and Leopoldina, Minas Gerais. On one side of the relationship is a company of Braúna Energética SA, linked to the Canadian group Brookfield Renewable Energy, and, on the other, fishermen affected by the dam, participants in a popular extension project made by the Muriaé *campus* of the IF Sudeste MG Voltado to the formation of a fish-net cooperative.

Keywords: Territoriality. Fishermen. Dam. Popular Extension.

## 1. Introdução

Nosso propósito no presente artigo é contribuir para a reflexão sobre a relação entre territorialidade (SAQUET, 2011) e extensão popular (MELO NETO, 2014). Mais especificamente, para essa tarefa partimos do estudo de um caso concreto de extensão popular desenvolvida por professores, técnicos e estudantes do *campus* Muriaé do IF Sudeste MG junto aos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Barra do Braúna, no rio Pomba, nos municípios de Laranjal e Leopoldina, no estado de Minas Gerais e articulamos esse estudo à reflexão teórica relativa à territorialidade e à extensão popular. O referido projeto de extensão, intitulado Projeto de Formação em Cooperativismo, Gestão e Produção para Famílias de Pescadores (UHE Barra do Braúna), foi iniciado no ano de 2012, renovado no ano seguinte e é atualmente integrado ao projeto de extensão Fórum de Defesa da Vida e do Meio Ambiente do IF Sudeste MG.

O artigo resgata o processo de formação de uma cooperativa popular de piscicultura em tanque-rede no rio Pomba, no município de Laranjal, a partir dos depoimentos tomados junto aos atingidos durante as atividades pedagógicas que objetivavam capacitá-los ao empreendimento. De modo mais específico, os depoimentos aqui apresentados foram colhidos durante os primeiros encontros formativos e tiveram por objetivo realizar um resgate da territorialidade dos pescadores, captando tanto as dinâmicas de desterritorialização quanto aquelas de reterritorialização em curso.

Destacamos que a originalidade do artigo se refere à discussão nele desenvolvida sobre a relação entre “sujeitos e sujeitos” no processo de produção de conhecimento no âmbito de uma extensão popular. Para maior clareza, adiantemos o que estamos entendendo por essa relação definida pelo uso da expressão “sujeitos e sujeitos”. Ela se refere à perspectiva adotada por aqueles que objetivam a construção do conhecimento popular e emancipatório nas relações estabelecidas com o grupo social envolvido nas ações de extensão. As práticas extensionistas tradicionais são caracterizadas por uma lógica difusionista na qual o grupo a que se “dirige” a extensão acaba sendo

tratado como um mero objeto, no sentido de que a esse grupo resta tão somente a recepção passiva dos conhecimentos trazidos pelos extensionistas. Ou seja, constitui-se uma prática de extensão que se identifica como uma forma de conhecimento que Paulo Freire (FREIRE, 1981) caracterizava como educação bancária, ou seja, como aquela “tentativa” de entender sujeito e objeto da extensão não somente como separados entre si, mas cabendo ao primeiro o papel ativo da relação.

Num sentido oposto a esse, a referência à condição de “sujeitos e sujeitos” de conhecimento coloca os grupos envolvidos na extensão popular na condição de coparticipantes da construção daqueles conceitos e ações a serem desenvolvidas e que se referem a eles mesmos – uma relação entre sujeito e sujeito reconhecida a ambos os polos –, naquilo que identificamos também de modo simplificado como uma perspectiva de extensão dialógica. Como já afirmado, a perspectiva metodológica de produção do conhecimento na extensão popular tem sua fundamentação em Paulo Freire (FREIRE, 1981) que, tratando do processo educativo como produção de conhecimento, salienta a radicalidade que é para o educando dizer sua própria palavra – sua própria representação. Incorporando ação e reflexão, a palavra do educando corporifica-se como práxis.

Certamente que nessa primeira aproximação estão sendo desconsideradas nuances e contradições que só podem ser verificadas em cada prática/relação de extensão concreta, mas que não serão menosprezadas no decorrer do texto. Entre essas nuances, destacamos desde já que, sem negligenciar a horizontalidade da produção do conhecimento aqui postulada como dialógica, é preciso não desconhecer que os múltiplos sujeitos dessa relação nela desenvolvem papéis diferenciados. Isto é, ainda que seja uma relação não hierárquica, não é uma relação entre idênticos. E mais: é justamente essa diversidade que tanto torna possível que tais sujeitos se relacionem bem como se enriqueçam mutuamente na construção de saberes. Por fim, mas não menos importante, é necessário destacar que os conhecimentos decorrentes dessa relação se desdobram em uma *práxis extensionista popular* (MONERAT *et al.*, 2017) e, por isso, voltada à transformação social.

Iniciamos com a apresentação do estudo de caso. Porém, como se poderá verificar, não nos limitamos à mera descrição das ações desenvolvidas e aproveitamos para inserir alguns apontamentos que contribuirão para o aprofundamento das reflexões teóricas apresentadas na sequência. Nosso objetivo terá sido atingido se o presente artigo, longe de vicejar estabelecer modelos de prática, puder contribuir para a construção efetiva (e coletiva) de saberes emancipatórios por meio da extensão popular.

## 2. Descrição da experiência e apontamentos pedagógico-metodológicos

Instalada no rio Pomba, na Zona da Mata de Minas Gerais, a UHE Barra da Braúna ocasionou, quando de sua construção (2008) e operação (2010), o alagamento de terras em diversos municípios, dentre os quais, Laranjal, Leopoldina, Recreio e Cataguases: o reservatório ocupa uma área de 12,5 km<sup>2</sup> de área, estendendo-se por 18,5 km a montante da barragem. A

operação da barragem é realizada pela empresa Barra da Braúna Energética S.A., ligada ao grupo canadense Brookfield Energia Renovável (CRISTÓVÃO, 2014).

Atentemos para o modo como os fatos aqui apresentados e discutidos referem-se às ações mitigatórias decorrentes da construção da barragem. Assim, a descrição do processo de licenciamento e dos conflitos sociais e ambientais que antecederam à implantação da barragem não será objeto de sistematização neste artigo<sup>1</sup>. Essa postura, contudo, não nos desvencilhará da apresentação de elementos centrais do conflito territorial em curso desde o início do licenciamento a partir das colocações trazidas pelos pescadores atingidos pela barragem que, por isso, foram inseridos no projeto de extensão de cooperativismo popular.

Verificamos logo no início do projeto de extensão que a construção da barragem, o alagamento das terras e as modificações no curso e nos ciclos ambientais do rio Pomba desencadearam enormes impactos negativos nos ribeirinhos, atingindo de maneira ainda mais severa os pescadores profissionais e amadores que tinham no rio um importante (para os amadores) e fundamental (para os profissionais) meio de vida. Situação agravada pelo fato de o projeto da barragem não haver contemplado uma escada de piracema – o que possibilitaria a reprodução dos peixes –, nem mesmo a realização do repovoamento do rio com espécies nativas.

Mais claramente os impactos negativos referiam-se à dramática redução da renda familiar e, conseqüentemente, à insegurança alimentar decorrentes da acentuada queda do volume de pesca. Para mitigar tais impactos, as comunidades atingidas iniciaram um processo de mobilização por defesa de direitos, pleiteando a elaboração de alternativas viáveis para geração de renda das famílias de pescadores atingidas. O processo de reivindicação dos atingidos junto à Brookfield desembocou na proposta de estabelecimento de uma cooperativa para a criação de peixes em tanque-rede a serem processados e comercializados. Para a escolha do empreendimento a ser realizado foi fundamental a participação dos próprios atingidos que puderam contar nesse momento com a assessoria do NACAB (Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens).

Contudo a viabilidade do estabelecimento de uma cooperativa popular encontrava alguns obstáculos à sua concretização, os quais não somente se relacionavam com a capacitação técnica dos outrora pescadores que deveriam tornar-se piscicultores, mas também vinculavam-se fundamentalmente à necessidade do fortalecimento dos laços comunitários já existentes entre eles e que seriam as bases para a criação das novas relações que culminassem na associação cooperativada dos pescadores. Tendo em vista a importância do fortalecimento da unidade comunitária, o projeto de extensão desenvolvido pelo IF Sudeste - *Campus* Muriaé articulou momentos de formação técnica com situações formativas capazes de garantir que os laços comunitários fossem enfatizados e fortalecidos.

Mais efetivamente, nos módulos iniciais do processo formativo foi desenvolvido um diagnóstico participativo (VERDEJO, 2006), cujo objetivo era captar as perdas materiais e simbólicas das famílias atingidas pela construção da barragem. As perdas materiais mais claramente verificáveis, conforme já destacado, relacionavam-se à insegurança alimentar advinda da redução

<sup>1</sup> Para esse aprofundamento recomendamos: Cristóvão (2014).

acentuada da pesca, já que os pescadores profissionais perderam sua principal fonte de renda, e os amadores, a sua fonte complementar de alimentação. As perdas simbólicas, por sua vez, incluem uma ampla gama de elementos que vão dos conhecimentos profissionais que perderam relevância na atual situação até os valores culturais partilhados pelas comunidades de pescadores. Enfim, um característico processo de desterritorialização capaz de colocar sob ameaça a permanência daquelas comunidades em seus ambientes socialmente construídos ao longo de gerações.

Por nos encontrarmos diante de um projeto de mitigação de impactos e pelas características dos sujeitos sociais envolvidos no conflito territorial – o capital energético e as comunidades de pescadores –, não devemos perder de vista o conflito entre diferentes formas de valorar os espaços de vida que lhe são subjacentes. Para elucidar essas diferenças de valoração, cabe-nos recorrer a Martínez-Alier (2017), que nos recorda da diferença estabelecida entre economia (*oikonomia*) e crematística pelo filósofo grego Aristóteles. Para Aristóteles, a crematística referia-se ao cálculo meramente monetário, aos preços, aos valores de troca, ao passo que a economia (*oikonomia*) deveria ser entendida como o cuidado da casa familiar – um sentido que a ciência econômica certamente perdeu nos tempos presentes, aproximando-se da crematística.

No caso em análise, enquanto o capital energético faz seus cálculos tão somente a partir de valores crematísticos, os pescadores são capazes de considerar valores que não são captáveis pelo cálculo monetário. Martínez-Alier salienta, portanto, a incomensurabilidade dos valores crematísticos e “oikonomicos”, recordando-nos que a mitigação econômico-crematística representada pela cooperativa é incapaz de “compensar” a perda territorial decorrente da barragem. Se as perdas materiais já são de um difícil cálculo econômico-crematístico ou meramente contábil, impensáveis seriam os cálculos das perdas simbólicas dessas comunidades (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Enfim, tendo em vista os elementos até aqui elencados, na análise do projeto de extensão junto aos atingidos pela barragem, consideramos centrais alguns elementos que orientarão nossa reflexão: por partirmos de uma relação que coloca em confronto diferentes subjetividades materiais e simbólicas – de um lado, o capital energético representado pela barragem e pelo cálculo crematístico e, de outro, as comunidades pescadoras atingidas em seu envolvimento com o ambiente –, entendemos nos encontrar diante de um conflito territorial. Por território estamos considerando justamente a articulação espacial entre formas materiais e simbólicas de vida socialmente construídas. Como os territórios estão em permanente construção, melhor nos referirmos às territorialidades, como forma de enfatizar sua processualidade que conjuga o tempo das coexistências, ou seja, o campo em que se dão as múltiplas relações entre os sujeitos sociais no presente, e o tempo histórico, que é aquele que liga o presente ao passado e também a um futuro (SAQUET, 2011).

Dito de outra maneira: o conflito territorial coloca a territorialidade das comunidades de pescadores constituída ao longo do tempo histórico pretérito diante do desafio de se recriar no tempo presente cujo contexto é caracterizado pela coexistência conflituosa com o capital energético. Ou seja, frente a sua desterritorialização enquanto pescadoras, tais comunidades são desafiadas a se reterritorializarem como comunidades piscicultoras cooperativadas. Em que

se juntem a esses elementos teóricos relativos à territorialidade aqueles relacionados à extensão popular estaremos municiados para a reflexão necessária.

## 2.1 Colocando em prática o processo de formação

O processo de formação e capacitação foi direcionado a um membro de cada uma das 40 famílias atingidas pela barragem. Essas famílias haviam sido previamente cadastradas pelo Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB) no projeto de reativação econômica de cooperativismo em tanque-rede. O Instituto Federal do Sudeste MG (IF Sudeste MG) – *Campus* Muriaé foi convidado pelo NACAB e pelas lideranças comunitárias dos pescadores a desenvolver o projeto de extensão por conta do conhecimento que esses sujeitos tinham de ações de extensão popular previamente desenvolvidas pelo Instituto junto aos ameaçados pela mineração da bauxita no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, também na Zona da Mata Mineira. Além disso, na condição de voluntários, nós, autores desse trabalho, já desenvolvíamos anteriormente uma assessoria aos movimentos sociais na região.

Essa indicação dos extensionistas – docentes, técnicos e alunos – do IF Sudeste MG - *Campus* Muriaé pelo NACAB e pelas comunidades já apontava que o modelo de extensão que eles buscavam era um modelo popular, capaz de ultrapassar a mera transferência de conhecimento técnico envolvendo a aplicação de uma metodologia pedagógica libertadora nos moldes daquela elaborada por Paulo Freire (FREIRE, 1981). Esses processos formativos tinham como característica a utilização de uma metodologia participativa de cunho libertador, entendido como protagonismo dos excluídos (CNBB, 2006), colocada em prática, dentre outros lugares, pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – da Igreja Católica na Diocese de Leopoldina, Minas Gerais.

Ainda que a integração entre formação e capacitação técnica tenha se articulado ao longo do projeto, seus módulos iniciais concentraram-se naquilo que entendemos como resgate da territorialidade. Com isso, atendíamos a um princípio metodológico da extensão popular que é justamente partir da realidade dos educandos – no caso os atingidos – e tínhamos a possibilidade de identificar a presença e de estimar a força dos laços de solidariedade já presentes entre eles. Laços esses que deveriam ser reforçados no decorrer da formação. Esse momento inicial serviu para a elaboração de um diagnóstico participativo da realidade dos atingidos.

A sequência do projeto de extensão buscou articular a capacitação técnica dos atingidos – o que incluía o manejo do pescado, visitas técnicas etc. – com uma formação voltada à administração cooperativada – incluindo os módulos de cooperativismo, economia solidária, entre outros. A preocupação com a construção da territorialidade, ou melhor, a reterritorialização perpassava essas ações de capacitação, sendo que, ao final de um conjunto de dez módulos formativos, essa preocupação era retomada como avaliação dos progressos realizados. Enfim, capacitação técnica e formação estruturavam-se articuladamente.

Por isso, logo na finalização do primeiro módulo, os atingidos realizaram uma avaliação do percurso até então trilhado. Os participantes recordaram, então, as dificuldades anteriormente apontadas, entre as quais as desconfiças mútuas entre os pescadores e a carência de conhecimentos para o trato do pescado, e consideraram que em ambas os obstáculos haviam sido superados enormemente: os laços de solidariedade e confiança haviam se fortalecido e a capacitação técnica para administrar e funcionar o empreendimento também se consolidou.

Deixar de considerar a cooperativa de piscicultura em tanque-rede como uma doação da empresa de energia e passar a compreendê-la como resultado de suas próprias articulações e capacidade de luta – com todas as perdas territoriais que isso havia implicado e com os desafios postos à reterritorialização – foram outros elementos positivos indicados pelos atingidos.

## 2.2 Dinâmica pedagógica e resgate da territorialidade

Após termos visitado as comunidades pescadoras atingidas pela barragem, iniciamos os encontros de formação. Esses encontros foram filmados, e os depoimentos neles colhidos constituem a base da reflexão sobre a territorialidade cujo (re)conhecimento foi construído coletivamente com os atingidos ao longo da formação dialógica.

Motivamos os atingidos a realizar o resgate da territorialidade que havia antes da chegada da barragem e a compará-la à territorialidade conflituosa que passaram a viver desde então. Ou seja, o sentido de territorialidade efetivamente mobilizado pelos atingidos era fundado na relação conflituosa pela apropriação do território (SAQUET, 2011). Pudemos identificar claramente o quanto a territorialidade do capital energético representava uma clara ameaça à territorialidade dos pescadores, tanto daqueles que sobreviviam da pesca profissional como daqueles para os quais o pescado era complementação de renda. O rio Pomba, elemento ambiental dessa territorialidade, deixava de ser meio de vida para os pescadores à medida que se tornava recurso energético para uma empresa capitalista vinculada à oligarquia internacional da água (MALVEZZI, 2012).

A territorialidade mostra-se como dinâmica conflituosa em aberto, ainda que o poderio econômico do capital energético torne extremamente desequilibrada a disputa territorial. Na apropriação divergente do rio postulada pelo capital e pelos pescadores, os agentes mobilizaram diversos recursos materiais e simbólicos para fazer valer sua posição no conflito. Enquanto a empresa mobilizou recursos financeiros na compra de terras, pagamento de agentes sociais, cooptação de poderes públicos, os atingidos também fizeram uso de formas de resistência variadas. Diante da perda territorial em curso, a cooperativa passou a representar a possibilidade de uma nova territorialização.

Retomando a distinção entre *oikonomia* e crematística, não é difícil identificar o poderio crematístico exercido pela empresa nessa relação. Os atingidos, na defesa de sua territorialidade, por sua vez, carentes de poder financeiro, recorrem aos elementos simbólicos que fazem parte de



sua *oikonomia*, ou de suas formas de cuidado da casa. Apesar de seu poder crematístico, a empresa não deixa de fazer uso da esfera simbólica apresentando-se como portadora do desenvolvimento, ao mesmo passo em que identifica quem se posta contra seus objetivos como “atrasados”. Certamente, que aquilo que a Brookfield entende por desenvolvimento não consiste em outra coisa senão o desenvolvimento do e para o capital (BONENTE, 2016).

Pedagogicamente, e como já referido, os primeiros encontros formativos do projeto de extensão buscavam realizar o resgate da territorialidade dos pescadores. Para isso, utilizávamos de dinâmicas pedagógicas participativas. Em uma dessas dinâmicas, cada participante deveria desenhar em uma folha de papel tamanho A4 os elementos que nos permitissem identificar minimamente suas condições materiais e simbólicas anteriores à construção da barragem. Entre esses elementos, solicitamos que eles priorizassem a representação do exercício profissional, a casa, a família, os vínculos políticos e religiosos, a vida comunitária, a relação com o rio Pomba.

São trechos desses depoimentos que apresentaremos a seguir com o intuito de identificar a territorialidade dos pescadores. Nos depoimentos transcritos, os participantes descrevem e comentam o desenho que fizeram:

*Participante 1: muitos dos que estão aqui me conhecem e sabem onde eu morei, nesse barraco aqui da saída. Eu tinha quatro filhos homens e uma filha mulher que foi criada aqui, trabalhava pros outros, mas pescava também.*

*Participante 2: sou nascido e criado nas margens do Rio Pomba. Quando jovem, comecei na pescaria, foi a primeira profissão que eu aprendi, e depois eu me mudei pra cidade e trabalhei um tempo de empregado, no qual hoje eu já me aposentei, e aí voltei pra atividade.*

*Participante 3: eu pesco desde 12 anos de idade [e até hoje com] com os meus filhos. Quando eu morava em Cisneiros, eu ia com eles pescar e passava por lá o dia, e continuei na minha pesca até agora.*

*Participante 4: nascida e criada na fazenda Ponte Nova. Desde criança o meu pai era pescador e já faleceu. E a única coisa que a gente aprendeu com ele foi fazer os materiais de pesca.*

*Participante 5: e aqui eu fiz o desenho do rio de quando o rio era normal. E eu fiz também o desenho dos barcos, das canoas. Eu sou profissional há mais de 15 anos, e agora depois que fechou a represa infelizmente a nossa pescaria acabou. E é só isso.*

Após sua descrição, cada participante colocava seu desenho em uma grande folha de papel pardo que representava o rio Pomba, de forma a “localizar-se” espacialmente. No momento de se localizarem espacialmente no rio, os participantes eram incentivados a comparar oralmente as condições prévias de vida com aquelas posteriores à construção da barragem. Tal como se pode verificar nos depoimentos a seguir:



Participante 6: *hoje, infelizmente o que foi falado aqui, a gente sofre com as consequências da represa, sendo prejudicados, mas infelizmente, o que nós podemos fazer? Vamos ter que esperar os recursos pra ver se melhora ou se piora mais, né?! E eu espero que venha a melhora, porque se for piorar, tá danado!*

Participante 7: *a gente bate rede, bate anzol, bate molinete e não vem nada! Só vamos lá pra gastar tempo e gastar massa, porque não tem nada! Não tem um peixe, não tem um lambari.*

Participante 8: *a minha profissão desde a infância de criança, era só pescar. Quando não tinha a barragem, era muito bom, e eu vivia tranquilo, hoje em dia que existe a barragem, pra nós está tudo muito ruim.*

Participante 9: *com a represa, até fiz um desenho aqui que marca uma interrogação significando o que não entendo, porque a represa tomou parte da nossa pesca, onde o lago hoje não tem mais peixe que eu fui pescar. Todos os moradores que moram ali me conhecem, e sabem que ali não tem mais peixe. Até porque a macrófita que tomou parte da água não tem como o peixe sobreviver, e então tomou parte do poder aquisitivo do pescador, e eu sou casado separado, tenho três filhas que graças a Deus, elas vivem bem porque elas são formadas.*

Participante 10: *mas outra coisa, esse rio que vocês estão vendo aqui, se vocês chegarem lá, vocês não veem esses desenhos que estão aqui, vocês não veem esses peixes, porque infelizmente eles falam que a represa está limpa, mas tem uma seiva em cima da represa, em cima da água que esses peixes, dependendo do lugar que eles estão, eles não conseguem ver a luz do dia. E essa água da represa, ela suspende e abaixa. É a mesma coisa da nossa casa, o peixe na época da piracema, ele vai naquele cantinho dele, naquele lugar que ele acha adequado, pra botar os ovos dele lá, pra nascerem os filhotes. Mas como essa água ela vai lá e abaixa, esses peixes eles não têm como reproduzir, na mudança da altura da água. E então o que eu tinha pra dizer aqui é só isso.*

A atividade formativa em que os depoimentos reproduzidos foram tomados tinha continuidade com outra dinâmica também participativa. Era o momento de reproduzir pedagogicamente o conflito entre capital energético e pescadores. Um dos educadores assumia o papel de “comprador simbólico” de cada desenho feito pelos participantes. O meio de pagamento eram cartas de baralho. A ideia era que o baralho simbolizasse a indenização monetária devida a cada um deles por suas perdas representadas nos desenhos.

Ao “negociar” os desenhos por baralhos, o educador deliberadamente “pagava” com “valores” diferentes cada um deles. Enquanto alguns aceitavam passivamente o “pagamento”, outros questionavam a diferença de “valores” pagos a cada um deles. Ao final, todos haviam sido “pagos” de forma diferenciada, reforçando que se tratava de um processo já consolidado, não cabendo mais – tanto na dinâmica pedagógica, quanto na realidade concreta – a resistência à própria construção da barragem.

Após a conclusão da dinâmica de “compra” dos desenhos, os educadores motivaram os participantes a compararem a situação pedagogicamente experimentada com aquela que eles efetivamente vivenciaram durante as negociações (conflitivas, em sua maioria) com a empresa. Assim, pudemos verificar que os participantes foram capazes de reconhecer os elementos fundamentais e os agentes envolvidos no conflito territorial. De um lado eles mesmos, os pescadores, com suas trajetórias de vida identificadas em uma relação material e imaterial com o rio e todo o entorno socioambiental. De outro, a Brookfield com o poder político econômico/crematístico que lhe franqueava a construção da barragem e remoção das comunidades atingidas e contra o qual os pescadores não tiveram como se contrapor, seja por conta daquele poder da empresa, seja devido a suas próprias dificuldades de colocar em prática uma resistência combativa.

Com a construção da barragem, porém, novos desafios se despontavam, entre eles: como continuar a viver naquele território tão gravemente modificado? O êxodo rural apresentava-se como possibilidade para muitos deles, mas também a permanência nas novas condições. É nesse ponto que a assessoria do NACAB foi capaz de problematizar as alternativas postas aos atingidos no sentido de capacitá-los a buscar alternativas que lhes permitissem a reterritorialização naquele mesmo espaço de vida ainda que profundamente alterado. As demandas e pautas de reivindicação passavam a se concentrar, então, nas indenizações e compensações a serem implementadas dentro de condicionantes sociais e ambientais que permitissem a permanência dos atingidos. Por certo que a empresa mobilizaria novamente seu poder crematístico para contrapor-se às reivindicações dos atingidos, bem como utilizaria formas de desarticulação das lutas dos pescadores.

A dinâmica pedagógica praticada permitiu aos pescadores verificar criticamente essas duas dinâmicas articuladas: o poder político-econômico da Brookfield e a fragilidade da resistência. Fragilidade essa que os atingidos puderam identificar como fomentada pela empresa nos momentos anteriores à construção e também nos desdobramentos da obra, especialmente mediante o trato individual de cada família atingida, de forma a criar expectativas exageradas com relação às indenizações, bem como através de pagamentos diferenciados, que se caracterizavam como atitudes diversionistas.

O diagnóstico participativo ainda contou com outras práticas pedagógicas participativas ao longo dos encontros iniciais. Não pretendemos descrevê-las todas, pois acreditamos que as descrições feitas já servem para caracterizar o processo de formação como participativo e dialógico. Resta-nos apenas aprofundar nossa reflexão sobre territorialidade e extensão popular.

### **3. Territorialidade e extensão**

O diagnóstico participativo – portanto elaborado de forma dialógica – foi posteriormente utilizado para a elaboração coletiva daquilo que entendemos como uma territorialidade de projeto, ou seja, toda a reflexão do passado e do presente confluía, então, para uma perspectiva de futuro de

reterritorialização. Sem dúvida, uma reterritorialização resultante da derrota frente à territorialidade do capital energético e em grande parte limitada pela presença desse capital no mesmo ambiente passível de ser reterritorializado.

Reconhecendo que a cooperativa só se tornou um projeto a ser desenvolvido como decorrência da construção da barragem e que, em princípio, não nos seriam permitidas conjecturas, não seria impróprio afirmar que, mesmo nas condições anteriores à construção da UHE, a formação da cooperativa já seria um enorme desafio para aquelas comunidades. Conforme dialogicamente diagnosticado, os laços comunitários que existiam anteriormente eram frágeis e desvinculados de um projeto político.

Isso não quer dizer, contudo, que a barragem representaria um ponto positivo na vida dessas comunidades por possibilitar-lhes a construção de um projeto comum. Nada mais distante disso. Mas essa colocação é importante em um artigo que se pretenda não como modelo de ação, mas como parte de um debate maior de enfrentamento do capital. Afinal, avolumam-se processos de expropriação territorial decorrentes do avanço incontrolável do capitalismo (MÉSZÁROS, 2002). Nesse sentido, apontar as dificuldades de organização popular – cooperativada ou não – mesmo sem a presença do conflito territorial é reconhecer os desafios que são postos no presente para essas comunidades. Situação essa que se agrava enormemente quando o conflito territorial já está instalado.

Enfatizando mais uma vez o caráter dialógico do projeto de extensão desenvolvido pelo IF Sudeste MG com os pescadores atingidos pela barragem, é preciso reconhecer que toda a problematização que foi pedagogicamente construída de uma maneira horizontalizada parte de alguns pressupostos. Esses pressupostos são aqueles fundados na emancipação humana (MARX, 2009; RIBEIRO, 2012) e, portanto, crítico-teóricos e práticos da sociabilidade do capital. Reconhecer esse fundamento crítico é identificar que não há possibilidade de um conhecimento, mesmo dialógico, que seja neutro.

Além disso, é importante destacar dois outros elementos centrais da ação pedagógica que fundamentem a crítica emancipatória. O primeiro deles é a territorialidade entendida como articulação do tempo das coexistências e o tempo histórico (SAQUET, 2011). Enquanto o tempo das coexistências articula-se ao que acontece ao mesmo tempo e que pode ser apreendido por uma abordagem relacional – conflituosa ou solidária –, o tempo histórico revela-se enquanto fluxo temporal, podendo ser marcado por continuidades e descontinuidades.

Nossa ação junto aos pescadores buscou tornar-lhes conceitualmente explícito o conflito territorial em curso. Quando os atingidos conceituam o conflito territorial na forma de um conhecimento por eles elaborado a partir das problematizações que lhes levamos, é o poder de dizer sua própria palavra que estão conquistando. Pode parecer um passo pequeno frente à gravidade dos desafios postos, mas é o passo que não pode deixar de ser dado, por ser o primeiro.

O tempo das coexistências faz com que se cruzem de maneira conflitiva os tempos históricos do capital gerador de energia e das comunidades camponesas do rio Pomba. Ao se defrontarem na relação conflitiva com o capital, os pescadores são obrigados a resgatar suas trajetórias do tempo histórico pretérito para que possam buscar articulá-la a um projeto futuro de reterritorialização.

Essa reterritorialização marcará a formação de uma nova identidade capaz de compatibilizar não somente as trajetórias pescadoras do passado, mas também a articulação entre novos elementos materiais e simbólicos: antes a pesca e o conhecimento do rio; agora o tanque-rede, a cooperativa e as novas capacidades a serem desenvolvidas. E tudo isso num ambiente em que a força material do capital se faz explícita na transformação dos ambientes, o que não nos permite caracterizar a nova territorialidade com outro adjetivo que não seja de territorialidade subordinada.

O segundo elemento central a ser considerado é referente à extensão popular e ao papel dos sujeitos nela envolvidos, o que nos leva a retomar uma preocupação já apontada no início deste artigo. A nova territorialidade que já começa a ser vivenciada pelos outrora pescadores é um conhecimento também novo que carrega a marca do diálogo de saberes. Ou seja, o conhecimento novo não decorre de um suposto apuramento na construção do conhecimento por parte dos extensionistas do IF Sudeste MG que se debruçaram sobre o tema em questão, mas sim pelo papel de sujeito de conhecimento que passou a ser reconhecido por aqueles que antes eram entendidos como meros objetos da extensão.

Quando o pescador desterritorializado não é visto nem por ele mesmo nem pelos extensionistas como um objeto inerte e quando tem o poder efetivo de externar seu conhecimento da realidade por meio das problematizações que tiveram que enfrentar, abre-se a possibilidade da construção de um novo conhecimento. Nesse momento, o pescador deixa de ser enquadrado em esquemas previamente estabelecidos, e se reconhece como sujeito da construção de um conhecimento em que suas vozes foram ouvidas e a linearidade das interpretações anteriores foi substituída por um emaranhado de relações.

Tal consideração não nos leva a desconhecer os diferentes papéis dos também diferentes sujeitos do conhecimento. Tratando mais especificamente da produção de conhecimento na extensão popular, dois elementos são fundamentais em nosso entendimento: a) o protagonismo dos sujeitos participantes; e b) uma visão crítica e problematizadora decorrente da metodologia da educação popular e fundada na crítica ao capital. Essa visão crítica não pode colocar-se, contudo, hierarquicamente como superior diante dos demais sujeitos. Ou seja, uma extensão popular, tal como entendemos a partir de Paulo Freire (1981) deve possibilitar que os sujeitos participantes tenham garantido seu protagonismo na construção de um conhecimento novo que não deve, por isso mesmo, ser recebido de forma passiva por eles, mas reconstruído tendo também por referência seus prévios conhecimentos (MELO NETO, 2014).

Essa garantia de dialogicidade implica na amplificação da potencialidade crítica. Afinal, da mesma forma que cabe ao conhecimento extensionista problematizar tanto o conhecimento popular quanto seu próprio conhecimento, cabe ao conhecimento popular também criticamente problematizar-se e ao conhecimento extensionista. Está aberta uma via de mão dupla para a crítica que permite que não haja a mera transferência de informações, mas sim sua construção coletiva e dialógica, posto que calcada em relações horizontais em que os sujeitos participantes reconhecem suas diferenças sem que isso represente o estabelecimento de uma hierarquia de saberes.

É nesse sentido que somos levados a nos socorrer novamente em Paulo Freire com sua indicação sobre a importância da problematização. Expliquemo-nos melhor: ao problematizar um conhecimento, aquele que problematiza não está necessariamente se colocando em uma posição hierárquica diferente do problematizado, mas tão somente colocando à prova um conhecimento previamente estabelecido. Problematizar não implica em necessariamente apresentar um saber diferente daquele problematizado, ainda que isso possa ocorrer, mas desnudar as contradições do conhecimento que está sob o foco da problematização. Não somente isso; é preciso ir à raiz do conhecimento que está sendo problematizado. De onde vem essa forma de pensar? Qual a sua correspondência com a vida social? Quais as suas consequências para a vida social?

Essas perguntas devem necessariamente ser feitas porque estamos diante de uma prática de extensão popular. Como tal, assume-se uma forma de conhecimento que se desvencilha das tolas amarras de uma impossível neutralidade para, sem abrir mão da objetividade, conhecer a realidade para transformá-la (MARX, 1987). Uma extensão que não seja transformadora não pode pleitear ser popular.

É nesse sentido de objetivar a transformação social que os conhecimentos da realidade produzidos a partir das relações extensão popular são sim passíveis de sínteses. Certamente que, como parte da dinâmica social, são sínteses provisórias a serem superadas em momento futuro, mas sínteses que tornam possível a ação transformadora.

#### 4. Considerações finais

A experiência desenvolvida em Laranjal pode, enfim, ser caracterizada como uma extensão fundada no diálogo, o que nos permite dela retirar algumas orientações práticas – lembrando sempre, tal como fazia Paulo Freire, que as experiências não podem ser simplesmente transplantadas, mas recriadas pelos sujeitos. Para isso, é preciso destacar o papel dos sujeitos na relação que eles estabelecem entre si e deles com o conhecimento. São esses pontos que destacamos na sequência.

Sabendo dos diferentes papéis, bem como da novidade que cada um dos polos da relação entre sujeitos do conhecimento representa para o outro, é preciso adotar uma atitude que favoreça a mútua problematização por parte de ambos. Nesse sentido é que somos levados a buscar ajuda na antropologia de Taussig (2010). Taussig, ao discutir os desafios de tradução do desconhecido – o conhecimento do outro – no conhecido – nosso próprio conhecimento –, afirma que se coloca ao antropólogo a possibilidade de perceber a estranheza não somente no conhecimento do outro, mas também no seu próprio conhecimento. Ou seja, é possível reconhecer a estranheza tanto do conhecido quanto do desconhecido. Uma estranheza que acreditamos dever ser interpretada como um necessário distanciamento daqueles que tanto se abrem ao desconhecido quanto mantêm uma permanente abertura diante do conhecido. Essa atitude torna possível a problematização que o extensionista realiza junto ao conhecimento da comunidade parceira, e também aquela que a comunidade produz em relação ao extensionista.

As possibilidades de produção de um conhecimento fundado em uma dimensão crítica, bem como na superação das hierarquias é possível, posto que para um polo do conhecimento o outro polo terá alguma dimensão de exotismo e, portanto, certo grau de possibilidade de problematização.

Identificando as diferenças de papéis dos sujeitos da extensão como “estranhezas” é que a seguinte afirmação de Taussig deve ser entendida: “A antropologia do estranho e do exótico pode nos ensinar tanto sobre nós e nosso sistema econômico quanto sobre o exótico. Ao tentar explicar o estranho e o desconhecido, não devemos nunca perder de vista quão estranha é nossa realidade” (TAUSSIG, 2010, p. 15). Enfim, é esse estranhamento positivamente entendido como uma abertura ao novo e em sua mão dupla entre os diferentes sujeitos do conhecimento que possibilita a construção de conhecimentos compartilhados que se enriquecem mutuamente na potencialidade da crítica.

### Referências

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: para uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2016.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Cáritas Brasileira**: 50 anos promovendo solidariedade. São Paulo: Paulus, 2006. (Coleção Estudos da CNBB).

CRISTÓVÃO, Elaine Coelho. **A implantação de empreendimentos hidrelétricos**: impactos e repercussões socioambientais: O caso da UHE Barra do Braúna. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uff.br/jspui/handle/uff/565>. Acesso: 25 fev. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MALVEZZI, Roberto. Hidronegócio. In: CALDART, Roseli *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2017.

MARX, Karl. Teses contra Feuerbach. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão popular**. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

MONERAT, Julio Cesar Pereira *et al.* Extensão Tecnológica e Popular no *Campus* Muriaé: em defesa de um paradigma. **Revista Muriqui, Revista de Extensão do IF Sudeste MG**, Juiz de Fora, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RIBEIRO, Marlene. Emancipação versus cidadania. *In*: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

TAUSSIG, Michael. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: UNESP, 2010.

VERDEJO, Miguel Exposito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA, Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.